

DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUDESTE DO PARÁ BASEADO: NA APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REGIONAL DEVELOPMENT OF THE SOUTHEAST OF PARÁ STATE: BASED ON THE APPLICATION OF THE REGIONAL DEVELOPMENT INDEX

DESARROLLO REGIONAL DEL SURESTE DE PARÁ: BASADO EN LA APLICACIÓN DEL ÍNDICE DE DESARROLLO REGIONAL

Erisvaldo de Oliveira Alves¹
Nilton Marques de Oliveira²

RESUMO

Este artigo examinou o processo de desenvolvimento regional do sudeste do Pará, identificado como a parte do Estado pertencente à região de referência denominada Centro Norte do Brasil. A metodologia utilizada foi o Índice de Desenvolvimento Regional e, como recorte temporal, os anos de 2000 a 2010. Os principais resultados apontam para uma região onde o município de Marabá se destaca como lugar central, mas Parauapebas e Tucuruí também têm destaque, de formas e intensidades diferentes. De modo geral, todos os municípios avançaram no conjunto dos indicadores. A região tem aptidão para crescimento sustentado em uma economia de base exportadora, necessitando investir em agregação de valor ao produto regional, fixar os ganhos e internalizar seus benefícios. Do ponto de vista do capital social, ocorreram melhoras no período analisado, havendo, porém, espaço para o fortalecimento do empoderamento da sociedade organizada.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Centro Norte. Sudeste do Pará. Índice de Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

This paper has analyzed the regional development process of the Southeast of Pará State, identified as the part of the State belonging to the reference region named North Central Brazil. The methodology used was the Regional Development Index and, as a temporal cut the years from 2000 to 2010. The main results point to a region where the municipality of Marabá stands out as central place, and Parauapebas and Tucuruí, municipalities also have featured but in different ways and intensities. In general, all municipalities moved forward in relation to the indicators. The region has the capacity for sustained growth in an export-based economy, needing to invest in aggregating value to the regional product, setting the gains, and

¹Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Palmas. Tocantins. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7608-0858>. E-mail: alvesbm12@gmail.com.

²Doutor em Desenvolvimento Regional. Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do curso de Ciências Econômica da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Palmas. Tocantins. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6485-314X>. E-mail: niltonmarques@uft.edu.br.

internalizing its benefits. Considering the social capital, there were improvement in the period analyzed; however, there is room for strengthening the empowerment of the organized society.

Keywords: Regional Development. North Central. Southeast of Pará State. Regional Development Index.

RESUMEN

Este artículo científico examinó el proceso de desarrollo regional del sudeste de Pará, identificado como la parte del Estado que pertenece a la región de referencia llamada Centro Norte do Brasil. La metodología utilizada fue el Índice de Desarrollo Regional y, como marco temporal, os años 2000 a 2010. Los principales resultados apuntan para una región donde el municipio de Marabá se destaca como un sítio central, pero Parauapebas y Tucuruí también tienes destacados, de diferentes formas, y diferentes intensidades. En general, todos los municipios avanzaron en el conjunto de indicadores. La región tiene aptitud para un crecimiento sostenido en una economía basada en la exportación, necesitando invertir en agregar valor al producto regional, fijar ganancias e internalizar sus beneficios. Desde el punto de vista del capital social, hubo mejoras en el período analizado, habiendo todavía, espacio para fortalecer el empoderamiento de la sociedad organizada.

Palabras clave: Desarrollo Regional. Centro Norte. Sureste de Pará. Índice de Desarrollo Regional.

Como citar este artigo: ALVES, Erisvaldo de Oliveira; OLIVEIRA, Nilton Marques de. Desenvolvimento regional do sudeste do Pará baseado: na aplicação do índice de desenvolvimento regional. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 512-534, 01/06/2020. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2666>

Artigo recebido em: 06/02/2020

Artigo aprovado em: 26/05/2020

Artigo publicado em: 01/06/2020

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional relaciona-se à capacidade de produzir e comercializar bens e serviços de forma a manter a geração de renda na região e internalizar seus excedentes (FURTADO, 2005). Este artigo tem como objeto a análise do desenvolvimento regional dos municípios do Pará que compõem à região Centro Norte do Brasil, instituída por Brasil (2008), que serve como plataforma para políticas públicas.

O artigo será guiado pela ótica do conceito de Furtado (2005 e 2009) para desenvolvimento, em que o termo significa um estado dito ideal da sociedade alcançado pela incorporação do progresso técnico com um dinamismo endógeno. Para tal alcance, são necessários mecanismos de socialização do excedente de forma a impulsionar a dialética “*inovação versus difusão*” do progresso técnico, em uma combinação de aumento da riqueza da nação ou região e crescente elevação do bem-estar do conjunto da população. As regiões estão em constante modificação, tendo fatores ambientais, sociais, institucionais e políticos capazes de se transformar nos elementos endógenos de transformação do crescimento em desenvolvimento econômico (HADDAD, 2009). Porém, apesar da importância crucial dos fatores endógenos, na região pesquisada, em razão de suas características, há necessidade de impulso externo:

As grandes dificuldades do desenvolvimento se encontram, portanto, nos níveis mais baixos de produtividade. Iniciado o processo de crescimento, sua dinâmica própria faz com que parte do aumento da renda seja reservada para a capitalização. Uma comunidade primitiva, todavia, tende a ficar estagnada, pois, com seus próprios meios, dificilmente pode dar início a um processo de desenvolvimento. O impulso inicial que permite superar essas dificuldades vem, historicamente, de fora da comunidade (FURTADO, 2009, p. 88).

Lopes (1984), em seu trabalho sobre o desenvolvimento regional em Portugal, afirma que os benefícios do desenvolvimento socioeconômico devem ser para todos os indivíduos, por isso, devem ser consideradas sua localização e a localização dos recursos, naturais ou humanos, para a implementação das políticas públicas, de forma a serem as localizações no espaço que condicionam o desenvolvimento, que é o condicionador das características espaciais. Dallabrida (2017) aponta que até a década de 1950 explicações sobre desenvolvimento regional eram confundidas com explicações sobre desenvolvimento das nações e que a teoria da base de exportações tenha sido elaborada nesse período, sendo constatado que muitas regiões tinham se desenvolvido sem seguir a receita das fases ou etapismo³.

Para Becker (2005), existem três grandes eldorados naturais no mundo contemporâneo: um seria a Antártida, espaço dividido entre as grandes potências; o outro seriam os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais; e o terceiro seria a Amazônia, maior floresta tropical e maior reserva de água doce do mundo. Posição que coloca a região amazônica, da qual nossa área de estudo faz parte, como fértil terreno de estudos no que diz respeito ao desenvolvimento regional.

Isto posto, este artigo está estruturado em cinco partes, além da introdução. Na segunda parte, são apresentados os aspectos relevantes da região sudeste do Pará, a seguir, os procedimentos metodológicos, destacando como foram organizados a montagem do índice, seus indicadores e as fontes utilizadas. A quarta parte apresenta e discute os principais resultados da pesquisa, por fim, vêm as considerações finais.

³ Refere-se à ideia de classificar os sistemas econômicos históricos, em que as fases evolutivas seriam reflexo da complexidade alcançada pela divisão do trabalho, sendo relacionados o investimento e o consumo dos setores primários para o terciário, passando pela fase industrial. Autores como Rostow (1974) identificaram as condições que desencadeariam a transição das regiões para as fases mais avançadas.

A REGIÃO PESQUISADA

A região pesquisada é formada pelos municípios que integram a divisão regional denominada Centro Norte do Brasil, que se aproxima da região denominada Mesorregião do Sudeste Paraense. Com base no estudo da dimensão territorial para o planejamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 2008, aqui citado como Brasil (2008), tem-se o trabalho de Oliveira (2017), que analisou a Região Centro Norte do Brasil e considerou a Mesorregião do Sudeste Paraense como a parte do Pará pertencente ao Centro Norte. Considerando que IBGE (2017) fez uma revisão da divisão regional do Brasil, tem-se uma alteração na denominação da Mesorregião do Sudeste Paraense, que passou a se chamar Região Geográfica Intermediária de Marabá e Região Geográfica Intermediária de Redenção, que foram agrupadas nessa pesquisa (Figura 01).

Figura 1 – Representação da Região do Pará pertencente ao Centro Norte do Brasil



Fonte: Autores com base em Portal de Mapas (IBGE); Brasil (2008).

Essas novas regiões de referência foram subdivididas em Regiões Geográficas Imediatas, que, na prática, tendem a substituir as antigas áreas denominadas microrregiões. A Figura 01 mostra a localização dos 38 municípios que compõem a área da pesquisa.

A extração da borracha produziu no sudeste do Pará a economia de aviamento, que Rodrigues, Trindade e Bitencourt (2016), em seu trabalho sobre a produção da essência de pau-rosa na Amazônia, ao referir-se à origem do termo, afirmam ter sido Santos (1980) o primeiro a sintetizar a dinâmica interna desse sistema. Os processos condutores das diversidades sociais e elementos díspares na região podem ser exemplificados pela economia da borracha, em que o aviamento era a forma de fornecer mercadorias a crédito, sendo que o aviador era o seringalista (proprietário) e o aviado, o seringueiro. Não havia dinheiro incluso nessa transação, o aviador fornecia ao extrator do látex certa quantidade de bens de consumo e, como pagamento, recebia sua produção extrativa. Como resultado, o aviado se tornava cativo do aviador por endividamento cíclico (RODRIGUES; TRINDADE; BITENCOURT, 2016).

Já a partir de meados dos anos de 1970 até final da década de 1980, houve uma expansão da cultura da soja para áreas de predomínio de ecossistemas de cerrados e de floresta, ocupando as margens orientais e meridionais da Amazônia. Processo que ocupa e modela estas novas regiões, incorporando e transformando os cerrados em área produtora e, mais recentemente, avançando como uma cunha na região Amazônica (THERY, 2002).

Para Sposito, Elias e Soares (2016), o período entre o final dos anos 1980 e meados dos anos 1990 representou um tempo de mudanças estruturais político-administrativas no sudeste do Pará, tendo os atores locais passado a reivindicar a criação de novos municípios, o que resultou na fragmentação do território. Historicamente, a dinâmica demográfica dessa região seguiu a dinâmica de mercado e da divisão territorial do trabalho, gerando aumento e diversificação da força política, além de uma complexa rede de relações sociais.

Em um contexto de padrão da economia brasileira, o sudeste do Pará passou durante as últimas décadas de um relativo isolamento para uma articulação comercial em um padrão que tornou a região uma plataforma de exportação. A forma da inserção na economia mundial ocorreu e ocorre sem uma divisão do trabalho vantajosa, à margem do processo de industrialização, voltado para o fornecimento de produtos primários, o que dificulta o acúmulo de poupança interna e implica pouco acréscimo *per capita* da renda local.

Kohlhepp (2002) e Brito (2009) ressaltam que, durante os governos militares, foram implantados na região grandes projetos de caráter desenvolvimentista, destacando-se o Poloamazônia de 1974 e o Projeto Grande Carajás (PGC) de 1980. Esse tipo de política pode gerar desenvolvimento no sentido de Furtado (2009), já que, ao mirar a manutenção do nível de emprego, gera também uma alta taxa de lucros, cenário possível na fase de expansão das exportações em economias subdesenvolvidas. Nessas condições, “[...] uma política anticíclica ou de estabilização se confunde, em última instância, com uma política de desenvolvimento” (FURTADO, 2009, p. 82).

Toda a região Amazônica, em maior ou menor intensidade, teve a agricultura amparada em incentivos fiscais e incentivos à migração na década de 70, o que significou um movimento generalizado de indivíduos, notadamente do Nordeste. Essa lógica se alterou

posteriormente, passando a se destacar uma migração interna intrarregional e rural-urbana (BECKER, 2005).

Entre as características da economia do período analisado, década de 2000 a 2010, tem-se como destaque uma mudança na tendência dos preços das *commodities*, que Serrano (2013) explica ter ocorrido em razão do efeito da demanda chinesa; do crescimento rápido dos preços, que aumentou também a especulação em razão das baixas taxas de juros nos EUA; da desvalorização do dólar e das inovações financeiras no mercado desses produtos. Por fim, aspectos específicos de custo de produção e de oferta teriam ocasionado o crescimento do preço das *commodities*. Nesse cenário, a região do Sudeste do Pará foi diretamente impactada por ser uma região exportadora de *commodities*.

Outro aspecto macroeconômico que impactou a economia desse período foi a crise financeira de 2008, que surgiu nos EUA pelo crescente *default* de empréstimo de hipotecas e logo se espalhou como uma onda de expectativas pessimistas, aumentando a preferência pela liquidez e retenção de moeda por parte dos agentes econômicos, acarretando uma depressão de investimentos e consequente deterioração de variáveis do lado real da economia em todo o mundo (CHAIB; LIMA, 2019).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo é caracterizado como uma pesquisa descritiva, exploratória e aplicada, utilizando procedimentos quantitativos e uma revisão de literatura. Utilizou informações de bancos de dados secundários e o método do Índice de Desenvolvimento Regional – IDR, que pretende demonstrar a dinâmica do município em relação à região. O agregado da região permite comparar os municípios entre si. Para a elaboração dos mapas coropléticos, utilizados para georreferenciar, e facilitar a visualização das informações, utilizou-se o Software QGIS, além disso, foi utilizada a planilha eletrônica Excel para tabulação dos indicadores parciais e para o IDR.

A proposta de elaborar o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) tem como objetivo identificar e classificar os municípios que compõem a região de estudo (EBERHARDT; LIMA, 2012; OLIVEIRA; PIFFER, 2016). Na mesma linha, Del Bianco, Lima e Morejon (2016) construíram o Indicador de Desenvolvimento Regional Sustentável (IDRS) com variáveis sobre questões ambientais como índices de florestas, matas e poluição hídrica.

Nesse sentido, o trabalho utilizou-se da base metodológica dos estudos regionais, composta pelo Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR) nas pesquisas de Ferrera de Lima et al. (2011), Rodrigues e Lima (2013), Oliveira e Piffer (2016), Del Bianco, Lima e Morejon (2016) e Oliveira, Piffer e Strassburg (2019), cujos dados foram adaptados para elaborar o IDR da região objeto desse estudo. Além disso, para a escolha dos indicadores da dimensão institucional, foi utilizado como referência o trabalho de Cavalcante (2011), tendo sido os indicadores eleitos para representar o tema capacidade institucional em sua pesquisa adaptados para esse estudo. As equações que compõem os indicadores foram extraídas,

adaptadas e ampliadas de Del Bianco, Lima e Morejon (2016) e Oliveira, Piffer e Strassburg (2019). As variáveis e os respectivos pesos estão no Quadro 01.

Quadro 1 – Variáveis e pesos utilizados para estimar o (IDR)

Indicador Econômico (IE)	Indicador Social (IS)	Indicador Institucional (II)
PIB Municipal (mil reais) / (0,25)	População urbana/ (0,05)	Conselhos Municipais/ (0,30)
Arrecadação de ICMS / (0,10)	População rural/ (0,05)	Percentual de Comparecimento Eleitoral/ (0,15)
Fundo de participação municipal (FPM) / (0,10)	Consumo de energia elétrica residencial (Mwh) / (0,10)	Eleitores/ (0,10)
Arrecadação de IPVA (0,05)	Leito hospitalar por mil hab./ (0,05)	Percentual de domicílio com televisão/ (0,10)
Consumo de energia setorial (Mwh) / (0,05)	Médicos por mil hab. / (0,10)	% de domicílio com telefone fixo/ (0,10)
Emprego Formal/ (0,20)	% de domicílios com água encanada/ (0,05)	Pequenas e microempresas/ (0,15)
Arrecadação IPI/ (0,05)	% de domicílios com coleta de lixo/ (0,05)	Representação Parlamentar/ (0,10)
Arrecadação IPTU/ (0,05)	% domicílios com rede de esgoto / (0,05)	-
Arrecadação Contribuição de melhoria/ (0,05)	Expectativa de anos de estudos/ (0,10)	-
Arrecadação ISSQN/ (0,05)	Despesas com assistência social e previdência/ (0,10)	-
Arrecadação ITR/ (0,05)	Despesas com saneamento e saúde/ (0,10)	-
-	Despesas com educação e cultura/ (0,10)	-
-	% de pessoas pobres/ (-0,10)	-

Fonte: Adaptado de Cavalcante (2011) e Oliveira e Piffer (2016)

Para a estimação do (IDR), tem-se que:

- 1) Definir a participação relativa de cada município em relação à região de referência;
- 2) Construir os indicadores parciais de cada variável;
- 3) Construir indicadores parciais sociais, econômicos e institucionais; e
- 4) Elaborar o Índice de Desenvolvimento Regional.

O primeiro passo foi definir a participação relativa do município em relação à região de referência. A participação da variável “P” e o índice ($IPWi$) foram estimados conforme as equações apresentadas no Quadro 02. O próximo passo foi estimar os indicadores parciais e, como última etapa, o IDR foi obtido como resultado da soma dos indicadores parciais.

Quadro 2 – Cálculo do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)

Índices:	Variáveis:
$Part_i = \frac{W_i}{\sum W_i}$	W_i é o valor do município para a variável ? W_i corresponde ao valor total da região de referência
$IPW_i = \frac{W_i - W_{min}}{W_{max} - W_{min}}$	IPW _i : índice parcial da variável W do município i; W _i é a participação da variável W do município i (Part.); W _{min} corresponde à participação do município com menor valor; W _{max} corresponde à participação do município com maior valor;
IE _i = (IPIB x 0,25 + ICMS x 0,10 + IFPM x 0,10 + IPVA x 0,05 + ICES x 0,05 + IEA x 0,20 + IPI x 0,05 + IPTU x 0,05 + ICM x 0,05 + IISSQN x 0,05 + ITR x 0,05)	IE _i : Indicador Econômico Parcial; IPIB = índice da participação do PIB do município i; ICMS = índice de ICMS do município i; IFPM = índice do FPM do municípios i; IPVA = índice da participação do IPVA do município i; ICES = índice de consumo de energia elétrica setorial, IEF = índice de emprego formal do município i; IPI = índice da participação do IPI do município i; IPTU = índice da participação do IPTU do município i; ICM = índice de contribuição de melhoria do município i; IISSQN = índice do IISSQN do município i; ITR = índice de participação do ITR no município i;
IS _i = (IPU x 0,05 + IPR x 0,05 + ICE x 0,10 + ILH x 0,05 + IMH x 0,10 + IAE x 0,05 + ICL x 0,05 + IAE x 0,05 + IAME x 0,10 + IASP x 0,10 + ISS x 0,10 + IDEC x 0,10 + IPP x (-0,10))	IS _i : Indicador Social Parcial i; IPU = índice da população urbana do município i; IPR = índice da população rural do município i; ICE = índice de consumo de energia elétrica residencial; ILH = índice de leitos hospitalares; IMH = índice de médicos por mil hab. do município i; IAE = índice de domicílios com água encanada; ICL = índice de domicílios com coleta de lixo, município i, IAE = índice de domicílios com rede de esgoto; IMAE = índice de expectativa de anos de estudos; IASP = índice despesas com assistência social e previdência; ISS = índice de despesas com saneamento e saúde; IDEC = índice de despesas com educação e cultura IPP = índice de pessoas pobres no município i;
II _i = (ICM x 0,30 + CE x 0,15 + IRE x 0,10 + IERT x 0,10 + ILTI x 0,10 + IPME x 0,15 + IRP 0,10)	II _i : Indicador Institucional parcial; ICM = índice de conselhos municipais do município i; ICE = índice de comparecimento eleitoral; IRE = índice de representação de eleitores no município i; IERT = índice de domicílios com televisão no município i; ILTI = índice de linhas telefônicas fixas; IPME = índice de pequenas e microempresas; IRP = índice de representação parlamentar do município i;
IDR _i = (IE _i x 0,4) + (IS _i x 0,3) + (II _i x 0,3)	

Fonte: Adaptado de Del Bianco, Lima e Morejon (2016) e de Oliveira e Piffer (2016)

Optou-se pelo peso maior para o indicador econômico, na mesma linha que Oliveira e Piffer (2016), por entender que é por meio de uma dinâmica econômica que as outras dimensões sustentam suas modificações. Uma vez determinado o IDR para cada município, foi feita a classificação, que representa, dentro dos critérios aqui estabelecidos, o grau de desenvolvimento dos municípios. Esse trabalho utilizou a nomenclatura com a qual Del Bianco, Lima e Morejon (2016) classificaram a Região Sul do Brasil, segundo o grau de dinamicidade. O Quadro 03 resume a classificação definida.

Quadro 3 – Classificação do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)

IDR = 0,50	Avançado
0,10 = IDR = 0,49	Em transição
IDR = 0,099	Retardatário

Fonte: Adaptado de Del Bianco, Lima e Morejon (2016, p. 15)

Foram classificados como municípios Avançados aqueles que apresentam uma dinâmica com potencial de crescimento e desenvolvimento. Os municípios classificados como Em transição apresentam uma estrutura econômica, social e institucional em crescimento, porém dinamicamente inferior à dos municípios Avançados, esse grupo consegue atrair recursos e renda dos municípios Retardatários. Já os Retardatários foram assim classificados por encontrarem dificuldades em atrair e reter recursos para implementar um processo de crescimento e desenvolvimento econômico social e institucional.

O trabalho utilizou indicadores sociais, econômicos e institucionais de fontes secundárias para a montagem do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR). Os elementos construtivos do IDR advêm de instituições que têm credibilidade com relação às informações fornecidas e confiabilidade da metodologia adotada. Entre as fontes de dados, estão o Ministério da Fazenda (Tesouro Nacional), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), IPEADATA, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o Ministério da Saúde, a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os dados utilizados são para os anos de 2000 e 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O INDICADOR SOCIAL

Para o ano de 2000, o Indicador Social dos municípios de Marabá, Parauapebas e Tucuruí permitiu a classificação desses municípios como Em transição, sendo que a maioria dos municípios da região foi classificada como Retardatários. Já em 2010, além dos três citados anteriormente, tem-se a inclusão de Redenção e Canaã dos Carajás na categoria de Em transição, este último exemplifica a relação existente entre o aquecimento econômico e a melhora das condições sociais. Canaã dos Carajás, após os investimentos da Vale no projeto S11D, tido como um dos maiores empreendimentos mineradores do mundo, ocupava no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM a quarta posição em 2005 no ranking estadual, já em 2010, era o terceiro no ranking desse índice, que é composto por aspectos relacionados a Emprego e Renda, Saúde e Educação (FIRJAN, 2020). Todos os demais municípios permaneceram no grupo dos Retardatários.

Os três municípios tidos como Em transição em 2000 - Parauapebas, Marabá e Tucuruí - apresentaram as seguintes características: Parauapebas foi o município que teve o maior valor para o indicador anos de estudo, nesse município espera-se que uma criança que havia iniciado sua vida escolar no ano de referência complete 8,11 anos de estudo quando estiver com 18 anos de idade, é o único município da região que atinge a casa dos oito anos de estudo como média. Ainda com relação ao indicador Expectativa de Anos de Estudo, no sudeste do Pará, ocorreu uma variação positiva de 30% no período (2000 a 2010), enquanto no Estado do Pará, entre 2000 e 2010, esse indicador foi de 6,80 anos para 8,49 anos, uma variação de 24,85% (ATLAS BRASIL, 2013). Sendo assim, a região teve desempenho positivo superior ao do Estado. O que leva a pensar que os resultados locais não são apenas

reflexo das políticas do Estado, existindo elementos de dinâmicas internas relevantes em termos de crescimento e desenvolvimento.

No indicador coleta de lixo, também há destaque para o município de Parauapebas, já que em 2000 ele tinha 83% dos domicílios atendidos por serviço de coleta de lixo, tendo passado a quase 96% em 2010. No indicador médico por mil habitantes, o destaque fica por conta de Tucuruí, que tinha para o ano 2000 o valor de 0,83 médicos por mil/hab. O indicador de médicos está defasado para o sudeste do Pará, e ainda que a variação para o período tenha sido positiva, a quantidade de médicos por mil/habitantes está abaixo da média do Estado, de 0,77 em 2010 (ATLAS BRASIL, 2013), enquanto a média dos 38 municípios da região apresentou um valor de 0,36.

Os únicos que se igualaram ou superaram a média estadual foram Redenção com 0,77 e Canaã dos Carajás com 0,89 médicos por mil/habitantes. Houve, inclusive, casos de redução, como Tucuruí, que apresentava em 2000 0,83 médicos por mil/habitantes, passando a contar com apenas 0,57 médicos por mil habitantes em 2010. A relação médico por mil/hab tende a ser melhor nos municípios mais populosos, outro ponto importante sobre a saúde na região é que a medicina tradicional, muito forte na Amazônia, está sendo abandonada pelas novas gerações, o que colabora para o agravamento da situação de carência no sistema de saúde local.

Sobre o valor despendido para a educação e cultura no ano de 2000, novamente são os três municípios classificados como Em transição que se destacaram, mas na seguinte ordem: Parauapebas com R\$ 27.705.378,17, seguido por Marabá com R\$ 17.776.863,90 e Tucuruí com R\$ 14.304.016,00. Tem-se forte indicação de que o maior tempo de permanência na escola, ocasionando maior quantidade de anos de estudo, está relacionado ao gasto com educação, tendo Parauapebas sido destaque nos dois quesitos. Parauapebas destacou-se ainda na quantidade de domicílios assistidos pela rede de esgoto, sendo a maior rede da região, atendendo 18,79% dos domicílios, seguida por Tucuruí com 13,97% dos domicílios atendidos. De forma geral, os números de infraestrutura de saneamento básico ainda são baixos no sudeste do Pará.

Para o ano de 2010, dois novos municípios se destacaram como Em transição, Redenção e Canaã dos Carajás. Redenção obteve o maior valor no indicador anos de estudo, com resultado de 9,63 anos de estudos para uma criança que inicia sua vida escolar no ano de referência, e fez parte de um pequeno grupo que conseguiu chegar à casa dos nove anos de estudos, que conta também com Canaã dos Carajás (9,35), Curionópolis (9,43), Conceição do Araguaia (9,31) e novamente Parauapebas (9,26).

São João do Araguaia continuou sendo o município com pior indicador social em 2010 (-0,002), e juntamente com Pacajá, são os únicos com sinais negativos. Isso ocorre pelos baixos indicadores sociais de São João do Araguaia. Em 2010, o município não tinha nenhum médico, menos de 10% dos domicílios tinha coleta de lixo, pior resultado da região, e apenas 12 dos seus 3.256 domicílios particulares tinham acesso à rede geral de esgoto. Considerando que São João do Araguaia foi diretamente impactado pela economia da borracha e da castanha, além de ser um município próximo do centro Marabá, os aquecimentos econômicos induzidos na região não geraram internalização de benefícios à população em quantidades satisfatórias, muito menos de forma homogênea. Nesse exemplo, reforça-se não só o caráter

periférico da inserção da região no mercado nacional e internacional, como esse caráter dentro da região.

Comparando outros índices como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), ocorrem valores maiores para 2010, se comparado com 2000, assim, uma trajetória positiva, seguindo a tendência nacional, já que a variação para o Brasil no período também foi positiva de 0,612 em 2000 para 0,727 em 2010. Outro índice que pode ser citado é o índice de Gini⁴, que teve resultado interessante no período por mostrar diminuição da concentração de renda na maioria dos municípios. O Quadro 04 mostra o IDHM e o índice de GINI para 2000 e 2010.

Quadro 4 – IDHM e índice de GINI para 2000 e 2010

Espacialidades	IDHM 2000	IDHM 2010	% - ↑	Gini 2000	Gini 2010
Brasil	0,612	0,727	18,79	--	--
Pará	0,518	0,646	24,71	0,65	0,62
Abel Figueiredo	0,508	0,622	22,44	0,52	0,57
Água Azul do Norte	0,376	0,564	50,00	0,63	0,49
Baião	0,459	0,578	25,92	0,64	0,53
Bannach	0,424	0,594	40,09	0,53	0,62
Bom Jesus do Tocantins	0,429	0,589	37,29	0,58	0,52
Brejo Grande do Araguaia	0,496	0,591	19,15	0,55	0,57
Breu Branco	0,422	0,568	34,59	0,61	0,53
Canaã dos Carajás	0,456	0,673	47,58	0,63	0,55
Conceição do Araguaia	0,512	0,640	25,00	0,62	0,54
Cumaru do Norte	0,405	0,550	35,80	0,63	0,64
Curionópolis	0,449	0,636	41,64	0,59	0,54
Eldorado dos Carajás	0,389	0,560	43,95	0,68	0,57
Floresta do Araguaia	0,411	0,583	41,84	0,57	0,62
Goianésia do Pará	0,422	0,560	32,70	0,60	0,54
Itupiranga	0,354	0,528	49,15	0,58	0,62
Jacundá	0,477	0,622	30,39	0,63	0,59
Marabá	0,536	0,668	24,62	0,61	0,62
Nova Ipixuna	0,432	0,581	34,49	0,58	0,59
Novo Repartimento	0,372	0,537	44,35	0,66	0,59
Ourilândia do Norte	0,438	0,624	42,46	0,63	0,55
Pacajá	0,340	0,515	51,47	0,73	0,65
Palestina do Pará	0,455	0,589	29,45	0,65	0,55
Parauapebas	0,553	0,715	29,29	0,65	0,53
Pau D'Arco	0,401	0,574	43,14	0,55	0,51
Piçarra	0,370	0,563	52,16	0,54	0,52
Redenção	0,530	0,672	26,79	0,60	0,53
Rio Maria	0,499	0,638	27,85	0,62	0,53
Rondon do Pará	0,461	0,602	30,58	0,58	0,54
Santa Maria das Barreiras	0,408	0,544	33,33	0,61	0,56
Santana do Araguaia	0,450	0,602	33,77	0,60	0,46
São Domingos do Araguaia	0,454	0,594	33,83	0,57	0,59
São Félix do Xingu	0,435	0,594	36,55	0,71	0,62
São Geraldo do Araguaia	0,415	0,595	43,37	0,62	0,53
São João do Araguaia	0,349	0,550	57,59	0,61	0,55
Sapuçaia	0,469	0,590	25,79	0,47	0,52
Tucumã	0,512	0,659	28,71	0,67	0,53
Tucuruí	0,543	0,666	22,65	0,57	0,57
Xinguara	0,519	0,646	24,47	0,60	0,55

Fonte: Atlas Brasil (2013)

⁴É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. Fonte: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>

Utilizar o entendimento de desenvolvimento na linha considerada por Furtado (2009) não significa que a dimensão econômica seja a única a ser considerada e que talvez o IDR aponte apenas para o crescimento econômico, que passaria erroneamente a ser considerado desenvolvimento. Na verdade, o desenvolvimento é sustentado, ao menos na região em estudo (região nova, com abundância de terra, com baixa densidade demográfica e de técnicas com baixa agregação de tecnologia), pelo crescimento econômico, ocorrendo, assim, melhora das condições sociais, que ainda estão longe das ideais.

Como a área está inserida em um contexto nacional, regional e estadual, ela sofre influência das políticas públicas em todos esses níveis, no entanto, analisando os valores dos indicadores, leva a pensar que, como a variação do IDHM é maior que a estadual na maioria dos municípios, ela indica que também há um aquecimento interno na região, e mais, se há influência externa ela não é só positiva, provavelmente os municípios de Marabá e Tucuruí, que tiveram taxa de crescimento do IDHM menor que a estadual, possam ter sofrido influência negativa do meio, já que tinham valores maiores que o estadual em 2010, sendo influenciados pelo meio no sentido de se aproximar do índice estadual.

O INDICADOR ECONÔMICO

Para o indicador econômico, em 2000, os municípios de Marabá, Tucuruí e Parauapebas foram classificados como Em transição. Os demais municípios foram classificados como retardatários. Para 2010, constavam como Em transição, Marabá e Parauapebas e, como retardatários, todos os demais municípios da região. Um aspecto positivo é que, se analisarmos o PIB *per capita* entre os dez maiores do Estado, constatamos a presença de Parauapebas com R\$ 103,404; Canaã dos Carajás com R\$ 58,367; Tucuruí com R\$ 29,016; Floresta do Araguaia com R\$ 16,223; e Marabá com R\$ 15,427. Similarmente, como aspecto positivo, entre os dez menores PIBs *per capita* do Pará, em 2010, não consta nenhum dos municípios da nossa região de estudo (FAPESPA, 2010). Sobre o indicador do ICMS e do IPI, novamente são os três municípios que se destacam, na seguinte ordem: Parauapebas, Tucuruí e Marabá. Também são esses os municípios que mais empregavam na região: Marabá sinalizava 10.254; Tucuruí, 10.027; e Parauapebas, 7.994 empregos formais para o ano de 2000.

Com relação ao indicador Contribuições, entre os poucos municípios da região que registraram esse tipo de arrecadação, Tucuruí que teve a maior arrecadação, mas foi no ISSQN que Tucuruí obteve a diferença mais expressiva em relação aos demais, com uma arrecadação municipal de R\$ 12.630.780,00, o que representa pouco mais que o dobro da arrecadação do segundo colocado, Parauapebas, R\$ 6.309.660,00, bem mais que o terceiro, Marabá, R\$ 1.846.430,00. O desafio para Tucuruí é transformar essa arrecadação em benefícios para o conjunto de sua população. Há casos de municípios que não arrecadaram nada com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza em 2000, casos de Abel Figueiredo, Nova Ipixuna e São João do Araguaia.

Sendo a região reconhecida nacionalmente pelo peso que a indústria extrativa mineral tem em termos de valores absolutos, e comparando com os resultados em termos de emprego formal, entende-se ser respaldada a hipótese de Melo e Cardoso (2016), para os quais a grande

mineração, em inserção periférica, intensifica as condições de desigualdades sociais e espaciais, produzindo poucas alternativas de transbordamento e apropriação local dos benefícios produzidos pela extração de recursos. O que pode ser verificado pelo limitado número de empregos gerados em contraste com o contingente populacional atraído para a região (Tabela 01).

Tabela 1 – Emprego formal por setores de atividades da Região em 2000 e 2010

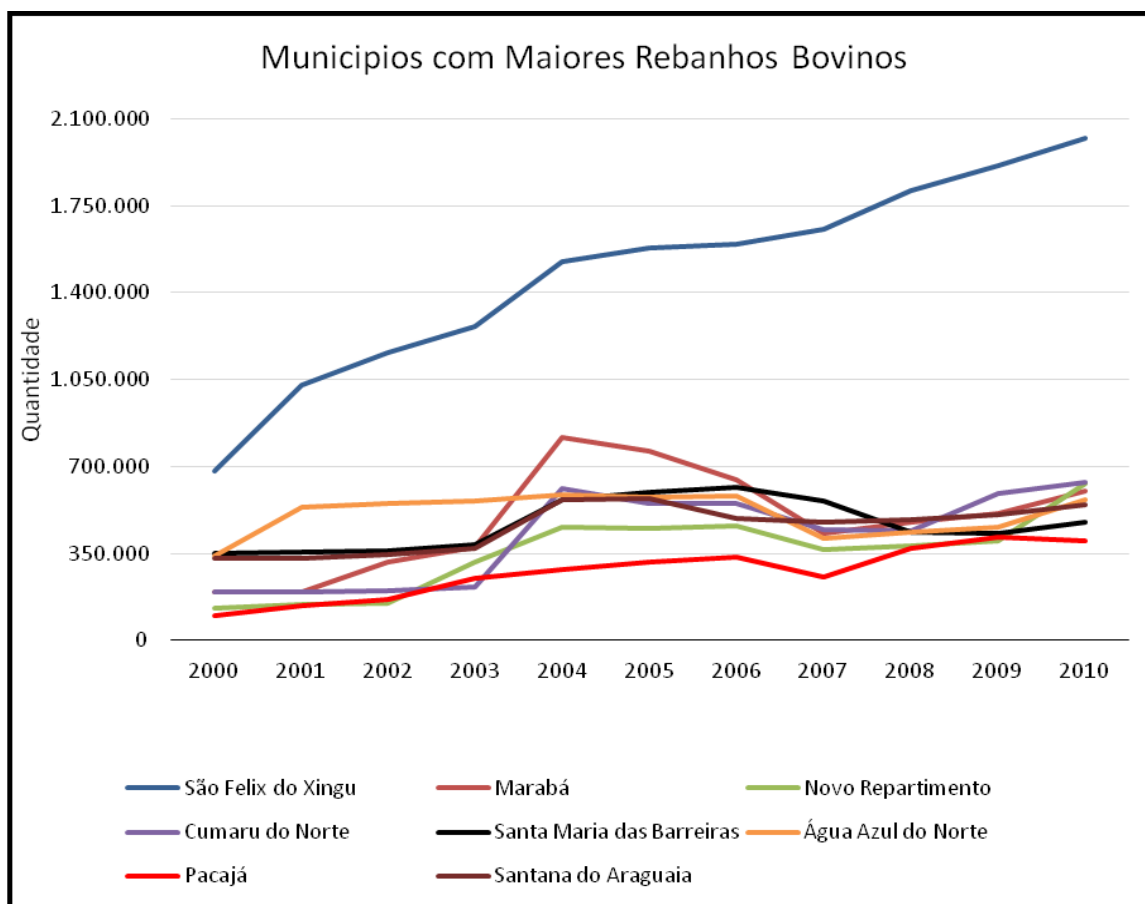
Setores de Atividade e da Região	2000	Parti. %	2010	Part. %
Extrativista Mineral	1.081	2,15	9.680	5,35
Indústria de Transformação	10.918	21,80	21.307	11,79
Serviços Industriais de Utilidade Pública	483	0,96	1.211	0,67
Construção Civil	7.124	14,22	19.033	10,53
Comércio	8.279	16,53	34.754	19,23
Serviços	8.625	17,22	25.663	14,20
Administração Pública	10.254	20,48	52.651	29,14
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	3.303	6,59	16.348	9,04
Total	50.067	100,00	180.647	100,00

Fonte: Brasil. MTE (2019)

Foram os Serviços, a Construção Civil e a Indústria de Transformação que mais diminuíram suas participações no emprego formal da região de 2000 para 2010. Como serviços e construção civil tendem a absorver uma força de trabalho menos qualificada, são esses setores que primeiro sentem os reflexos de retrações econômicas. Quanto à indústria de transformação, houve diminuição de quase 50% da sua participação, o que mostra a volatilidade do emprego desse setor na região. Em termos gerais, o aumento proporcional do emprego formal no período não ocorreu na base exportadora (minério e agronegócio), mas, sim, no comércio e administração pública principalmente, essa conjuntura mostra um transbordamento para setores não básicos, o que tende a melhorar a distribuição de renda.

Ainda sobre a distribuição de empregos, na contramão da defesa do agronegócio como atividade capaz de conduzir ao desenvolvimento, há a questão do rebanho bovino, maior rebanho entre todos os outros, nos municípios do sudeste do Pará, com destaque para São Félix do Xingu, que contava com 2.022.366 cabeças em 2010. Outro dado importante é apresentado por Santos (2011), que afirma haver exportação de animais vivos, notadamente a partir do século XXI, iniciando em 2003, já representando o maior volume entre os produtos de origem bovina, em detrimento da utilização de abatedouros e frigoríficos de grande porte instalados na região. O Gráfico 01 mostra os principais municípios produtores da região e sua evolução entre 2000 e 2010.

Gráfico 1 – Rebanho bovino da região entre 2000 e 2010



Fonte: Autores, com base em Fapespa (2016)

Sobre a expansão da fronteira agropecuária na amazônica, altera de forma intensa o setor produtivo local, diante da necessidade dos certificados necessários para atuar como uma região plataforma de exportação. A pecuária tem avançado em produção, o município de São Felix do Xingu desponta como o município brasileiro com maior rebanho bovino, mas que gera uma série de transformações indesejáveis do ponto de vista ambiental e pouca influência no aumento e melhora da distribuição de renda no município.

Loureiro e Pinto (2005) são mais incisivos ao afirmar que a extração da madeira e a criação de gado são atividades altamente predatórias da natureza e exigem grandes extensões de terra. Dada a forma como esses produtos são comercializados (sob a forma de semielaborados), essas atividades acabam por gerar poucos empregos. Além disso, para se implantarem, foram desalojadas milhares de famílias que antes viviam como ribeirinhos nas terras hoje ocupadas por esses fazendeiros e madeireiros (grileiros ou não). Além disso, a internalização de renda na região é baixa, justamente porque os produtos não recebem beneficiamento e têm perfil concentrador de renda elevado.

No quesito Energia Setorial, que pode ser um indicador da atividade industrial no município, já que avalia o consumo energético, exceto o residencial, Marabá se destacou com um consumo de 460.767,538 (MW/h) em 2010, número bem superior aos 55.118,26 (MW/h) de Parauapebas, que foi o segundo maior consumo para o ano de referência. Nessa situação,

pelo fato de Marabá ser um centro regional, além de pistas de um consumo industrial, é certamente o setor de serviços um dos grandes consumidores da energia do município.

No indicador Emprego Formal para 2010, os dois municípios tidos como Em transição tiveram um aumento expressivo, Marabá passou a 41.745 e Parauapebas a 38.030, o que corresponde a uma taxa de crescimento anual de 15,07% e 16,88%, respectivamente. Para se ter uma ideia do crescimento do emprego formal nesses dois municípios, comparando com o terceiro colocado, Tucuruí, ainda que tenha contado com ampliação da capacidade de geração de energia da hidrelétrica que leva o nome do município, a taxa de crescimento anual foi de 1,95%.

O INDICADOR INSTITUCIONAL

Para o indicador parcial institucional, que busca captar elementos do capital social da região, obtém-se para o ano de 2000 a maior quantidade de municípios classificados como Em transição, pontuando entre os indicadores parciais Conceição do Araguaia, Jacundá, Marabá, Novo Repartimento, Parauapebas, Redenção, Rondon do Pará e Tucuruí, constando os demais como Retardatários.

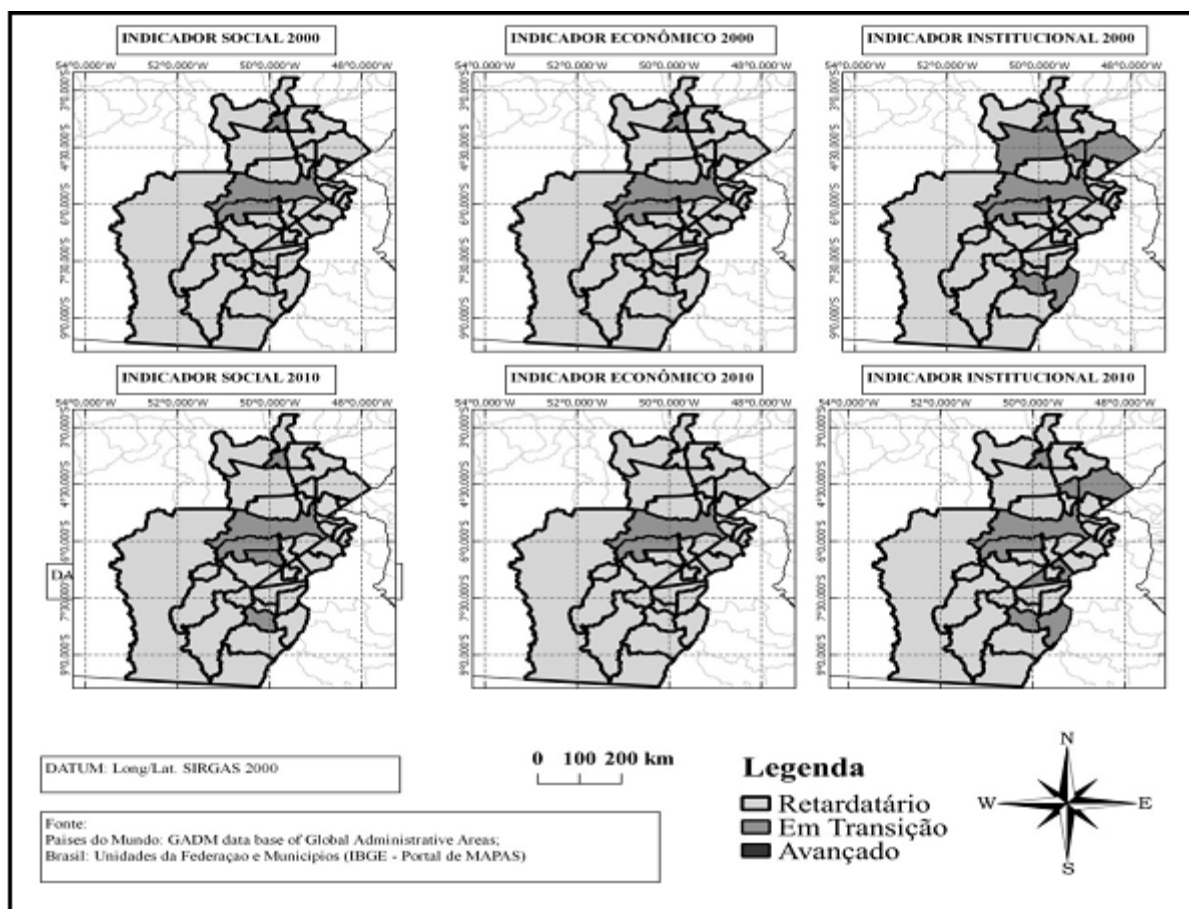
No indicador representação parlamentar da região sudeste do Pará, falta representatividade da região como um todo, tendo sido identificados oito representantes de municípios que compõem a região para o cargo de deputado, seja estadual ou federal, eleitos em 1998, eleição que definiu os representantes escolhidos pelo voto popular no recorte temporal que inclui o ano de 2000. Foi eleito um candidato para cada município constante como Em transição nesse ano, a exceção foi o município de Rondon do Pará, para o qual não consta representação parlamentar, em contrapartida, Conceição do Araguaia tinha dois representantes.

Ainda em 2000, no indicador que trata de pequenas e microempresas, que dá pistas sobre o empreendedorismo local, o município de Marabá é o que tem o maior número de registros, contando com 506, seguido por Redenção com 216, Parauapebas com 154, Tucuruí com 146 e Rondon do Pará com 133.

Sobre a presença de televisões nas residências (acesso à informação), o percentual dessa presença variou de 29,11% no município de Santa Maria das Barreiras a 86,28% dos domicílios com aparelho de televisão em Tucuruí para o ano de 2000. Sobre o indicador de comparecimento eleitoral, que busca captar o nível de (*Empowerment*)⁵ ou empoderamento da população, os menores índices de comparecimento ficaram com Santa Maria das Barreiras, município que tinha apenas 13,3% da sua população na área urbana no ano de 2000, que contou com a participação de 61,82% dos eleitores aptos, seguido por Santana do Araguaia com 63,9% e Conceição do Araguaia com 65,51%. A Figura 02 resume a situação dos indicadores parciais da região.

⁵“Indicador que mede se a comunidade detém certo controle sobre instituições e processos que afetam diretamente o seu bem-estar” (CAVALCANTE, 2011, p. 356)

Figura 2 – Mapas da Distribuição dos Indicadores Parciais



Fonte: Autores, com base em dados da pesquisa

Em relação às pequenas e microempresas, que saíram de 1.636 registros em 2000 para 4.923 em 2010, o município de Marabá é o que tem maior quantidade de empreendimentos, com 1.108 registros em 2010, seguido por Parauapebas com 724 unidades e Redenção com 418 unidades. Sobre a presença do aparelho de televisão nas residências da região no ano de 2010, Santa Maria das Barreiras tinha 57,33% dos seus domicílios com TV, tendo sido o município com pior indicador, enquanto Tucuruí contava com aparelhos em 94,84% dos seus domicílios.

CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SEGUNDO O IDR

Para o ano de 2000, três municípios foram classificados como Avançados, 17 como Em transição e 18 como Retardatários. Já em 2010, ocorreu uma melhora na classificação em relação aos Retardatários, cujo número diminuiu, passando a contar com dois municípios classificados como Avançados, 28 municípios como Em transição e oito ainda constavam como Retardatários.

Em 2000, o município de Marabá já constava como maior IDR da região (0,635), seguido por Parauapebas (0,596) e Tucuruí (0,558); entre os Retardatários, São João do Araguaia foi o de pior índice, sendo o único com IDR negativo. Para o ano de 2010, a ordem dos municípios classificados como Avançados possui Marabá seguido de Parauapebas, já Tucuruí passa a compor o grupo dos municípios classificados como Em transição. O Quadro 05 apresenta o IDR para cada município da região para os anos de 2000 e 2010.

Quadro 5 – Distribuição dos municípios segundo o IDR – 2000 e 2010

Ordem	Município	IDR/2000	Ordem	Município	IDR/2010
A 1	Marabá	0,6354	A 1	Marabá	0,7471
A 2	Parauapebas	0,5965	A 2	Parauapebas	0,6764
A 3	Tucuruí	0,5583	T 3	Tucuruí	0,4063
T 4	Redenção	0,3155	T 4	Redenção	0,2847
T 5	Rondon do Pará	0,2567	T 5	Conceição do Araguaia	0,2752
T 6	Conceição do Araguaia	0,2189	T 6	Canaã dos Carajás	0,2594
T 7	Jacundá	0,2085	T 7	Xinguara	0,2050
T 8	Xinguara	0,2022	T 8	Jacundá	0,2019
T 9	Rio Maria	0,1556	T 9	Rondon do Pará	0,1996
T 10	Tucumã	0,1472	T 10	Tucumã	0,1867
T 11	São Félix do Xingu	0,1437	T 11	Ourilândia do Norte	0,1775
T 12	Novo Repartimento	0,1435	T 12	Santana do Araguaia	0,1659
T 13	Santana do Araguaia	0,1407	T 13	São Félix do Xingu	0,1627
T 14	Curionópolis	0,1327	T 14	Rio Maria	0,1524
T 15	Breu Branco	0,1271	T 15	Breu Branco	0,1485
T 16	Ourilândia do Norte	0,1264	T 16	Novo Repartimento	0,1392
T 17	Goianésia do Pará	0,1083	T 17	Goianésia do Pará	0,1314
T 18	São Geraldo do Araguaia	0,1060	T 18	Pau D'arco	0,1313
T 19	Abel Figueiredo	0,1042	T 19	São Domingos do Araguaia	0,1278
T 20	Itupiranga	0,1005	T 20	Baião	0,1252
R 21	Nova Ipixuna	0,0992	T 21	Sapucaia	0,1197
R 22	São Domingos do Araguaia	0,0991	T 22	São Geraldo do Araguaia	0,1183
R 23	Sapucaia	0,0931	T 23	Curionópolis	0,1169
R 24	Baião	0,0867	T 24	Abel Figueiredo	0,1167
R 25	Brejo Grande do Araguaia	0,0864	T 25	Bannach	0,1095
R 26	Pacajá	0,0731	T 26	Água Azul do Norte	0,1064
R 27	Canaã dos Carajás	0,0728	T 27	Itupiranga	0,1053
R 28	Bom Jesus do Tocantins	0,0666	T 28	Brejo Grande do Araguaia	0,1049
R 29	Eldorado dos Carajás	0,0603	T 29	Palestina do Pará	0,1026
R 30	Água Azul do Norte	0,0539	R 30	Piçarra	0,0934
R 31	Palestina do Pará	0,0445	R 31	Floresta do Araguaia	0,0879
R 32	Bannach	0,0424	R 32	Santa Maria das Barreiras	0,0837
R 33	Pau D'arco	0,0401	R 33	Bom Jesus do Tocantins	0,0816
R 34	Piçarra	0,0365	R 34	Nova Ipixuna	0,0763
R 35	Cumaru do Norte	0,0324	R 35	Pacajá	0,0761
R 36	Floresta do Araguaia	0,0251	R 36	Eldorado dos Carajás	0,0731
R 37	Santa Maria das Barreiras	0,0176	R 37	Cumaru do Norte	0,0711
R 38	São João do Araguaia	(-0,0024)	R 38	São João do Araguaia	0,0650

Fonte: Os autores, com base em resultados da pesquisa.

* A – Avançado; T – Em transição; R – Retardatário.

Analisando o município de Redenção, que se distancia da questão extrativa mineral e apresenta força advinda do agronegócio, que Santos (2017) chamou de “frente agropecuária”, Redenção é um dos municípios emblemáticos no que concerne aos impactos dessa expansão.

O agronegócio vem ocupando cada vez mais áreas no sudeste do Pará, constituindo essa atividade uma das principais bandeiras econômicas defendidas pelo poder estatal e por empresários do setor do agronegócio da região denominada Centro Norte do Brasil. No entanto, existe uma diferença básica do modelo adotado na região para o processo de desenvolvimento clássico, pois o traço fundamental da agricultura brasileira é que nela coexiste o latifúndio com abundância de terra, diferentemente do modelo clássico que foi impulsionado pela disponibilidade de capital e capacidade empresarial (FURTADO, 2009). Outro ponto é que o agronegócio apresenta limitações na geração e aumento de renda *per capita* na região, tendo o seu maior expoente na região como classificado Em transição.

Dos municípios limítrofes a Redenção, apenas Conceição do Araguaia IDR (0,217), não consta como Retardatário em 2000, enquanto os municípios de Bannach, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Pau D'arco e Santa Maria das Barreiras apresentam valores baixos de IDR, (0,042), (0,032), (0,024), (0,040) e (0,017), respectivamente.

Do ponto de vista locacional, a Região dos Carajás tem as reservas naturais para garantir a dianteira na atividade extrativa mineral e, conforme Lopes (1984, p. 52), “Os custos de transporte são sempre elementos básicos na localização [...] ainda não se encontrou forma [...] de deixar de ter em conta as variáveis preço e custo de transporte como determinantes da localização”, portanto, nessa perspectiva, pode-se destacar como ponto positivo para a região a infraestrutura montada, seja por investimento direto ou por influência da empresa Vale do Rio Doce. Destaca-se a Estrada de Ferro Carajás (EFC), com boa parte do seu percurso no sudeste do Pará, e do Porto da Madeira no Maranhão, ambos fazendo parte da logística da Vale (SANTOS, 2017).

Analisando as importações da região, além de Marabá e Parauapebas, outros municípios da região podem considerar o comércio internacional como elemento a ser mais bem explorado. A Tabela 02 elenca os principais municípios exportadores.

Tabela 2 – Valores das exportações e importações da região em 2000 e 2010

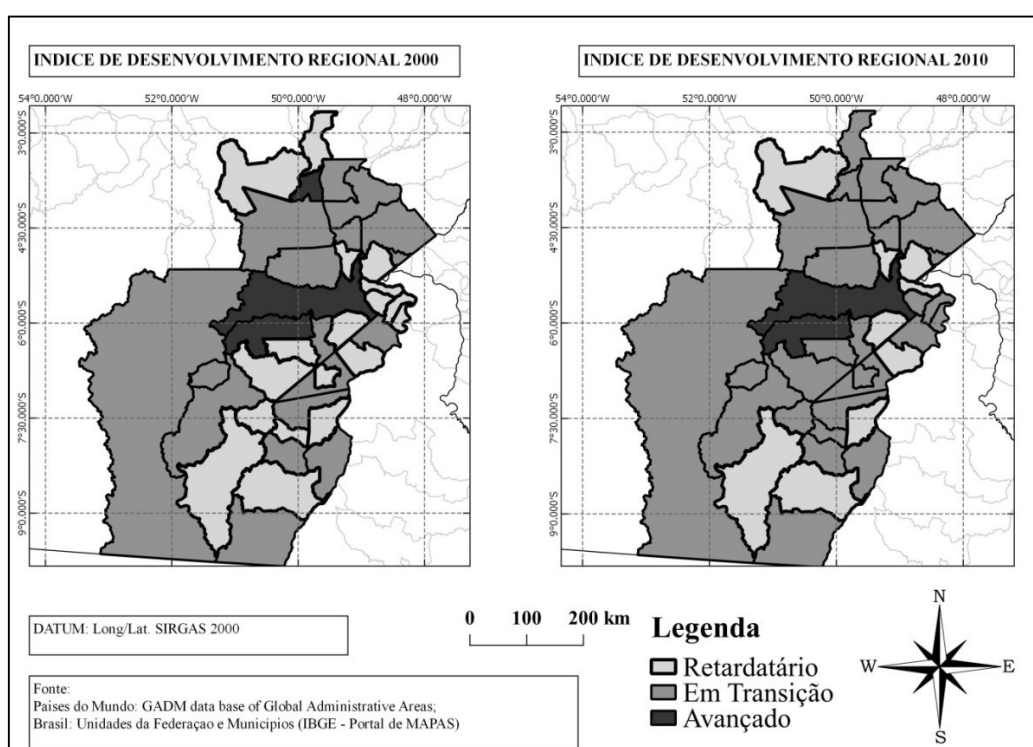
Municípios	Exportações		Importações	
	Valor FOB* (US\$) - 2000	Valor FOB* (US\$) - 2010	Valor FOB* (US\$) - 2000	Valor FOB* (US\$) - 2010
Parauapebas	771.304.420	15.982.076	7.894.717.018	343.185.320
Canaã dos Carajás	0	0	697.124.428	30.714.274
Marabá	28.924.263	100.790	496.545.686	159.496.530
Breu Branco	16.836.290	3.488.598	88.565.348	9.533.227
Floresta do Araguaia	521.369	25.920	50.909.909	75.309
Xinguara	0	0	30.054.137	1.625.467
Santana do Araguaia	1.002.413	0	19.399.200	0
Pacajá	0	0	6.029.248	0
Água Azul do Norte	0	0	5.553.632	0
Redenção	7.351.437	28.961	5.278.903	220.000
Rio Maria	0	0	4.866.258	0
Tucumã	0	0	3.417.423	0
Rondon do Pará	1.456.834	0	553.678	0
Tucuruí	390.169	0	182.444	161.878
Itupiranga	1.547.536	0	9.764	0
Conceição do Araguaia	0	13.200	0	225
São Félix do Xingu	84.813	0	0	0
Ourilândia do Norte	0	0	0	3.955.113

Fonte: Os autores, com base no Portal Comex Stat (MDIC/2018)

* FOB significa “free on board”, nessa modalidade os custos e riscos são arcados pelo comprador após o embarque da mercadoria no navio.

Por tanto, considerando que parte dos municípios da região pesquisada participaram do comércio exterior, é possível detalhar o que é exportado e o que é importado, utilizando como referência o ano de 2019, e de acordo com informações do Comex Vis/MDIC (2020), Parauapebas exportou US\$ 7.022,85 milhões o que garantiu ao município a primeira colocação em termos de Estado e a terceira colocação dentre todos os municípios brasileiros, ao mesmo tempo que importou US\$ 137,01 milhões ocupando a terceira posição em termos de Estado. Sobre os produtos envolvidos nesse comércio, Parauapebas teve o minério de ferro e seus concentrados respondendo por 99% de suas exportações. Por outro lado, importou veículos automóveis para transporte de mercadorias, pneumáticos novos de borracha e partes de máquinas e aparelhos para reposição. A Figura 03 mostra a distribuição na classificação do IDR para o ano de 2000 e 2010.

Figura 3 – Mapa do Índice de Desenvolvimento Regional 2000 e 2010



Fonte: Os autores, com base em dados da pesquisa

A cidade de Marabá também merece destaque entre as demais da região pela sua quantidade de habitantes e dimensão territorial, impondo uma posição de vanguarda em relação às demais. “Como cidade média, Marabá chama atenção pelo fato de constituir centro cujas dinâmicas e funções urbanas servem de mediação entre as pequenas cidades da região e as metrópoles regionais (São Luís e Belém)” (SPOSITO, ELIAS, SOARES, 2016, p. 34). Por outro lado, o agronegócio tem avançado na região, sendo Redenção e Conceição do Araguaia exemplos, havendo também a dinâmica gerada pela hidrelétrica de Tucuruí. Cada município com suas características e seus desafios próprios.

As classificações oriundas da aplicação do IDR mostram disparidades na região, mas uma tendência ao padrão Em transição, um perfil mais intermediário. Essas considerações são válidas no contexto do que explica Dallabrida (2017), pois, apesar das possibilidades

explicativas quanto ao desenvolvimento de regiões, elas são válidas ainda que em graus diferenciados para diferentes contextos socioeconômicos e históricos, porquanto as teorias do desenvolvimento não são verdades absolutas, mas, sim, reflexões capazes de explicar determinadas realidades, ainda que nem todas, muito menos em todo o tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região tem a mineração em Marabá e Parauapebas como impulsionadora do crescimento econômico em torno da região dos Carajás. A área pesquisada tem também um grande centro de geração de energia elétrica, representado pela hidrelétrica de Tucuruí, que afeta o grupo de municípios de seu entorno, e uma produção agropecuária crescente na região de Redenção, sem falar da criação de gado bovino, que tem São Felix do Xingu como seu principal expoente.

Sobre o resultado do IDR, é possível inferir que ocorreu uma evolução no período, pois em 2010 havia oito municípios como Retardatários, bem melhor que os dezoito de 2000. Entende-se que o indicador permite um melhor balanceamento do resultado, portanto, mesmo o município de maior IDR para 2010, caso de Marabá (0,747), ainda tem margem para melhorar nos aspectos sociais, econômicos e institucionais. Ademais, a vantagem do IDR está em conseguir entender a relação de cada município com os outros da região definida na pesquisa, razão de seu resultado ser sempre relativo.

A incerteza que paira sobre a assertiva do modelo de desenvolvimento adotado no sudeste do Pará é como conseguir internalizar o excedente gerado pelas dinâmicas econômicas, sejam elas de base extrativa mineral, agronegócio ou geração de energia. Essas atividades, ao modificar as relações sociais, transformam também a forma de absorção de excedentes, visto que, mesmo em menor escala, o extrativismo (coleta) e a pequena propriedade agrícola detêm um poder de homogeneização maior. O fato é que a alta produtividade em grande escala de matéria-prima tem-se mostrado ineficiente na geração de empregos formais, necessários para gerar e distribuir renda.

Ainda que o dilema aparentemente esteja em termos de crescimento econômico, essa vertente não é desenvolvimento em si, longe disso, mas elemento essencial dentro do tipo socioeconômico da região pesquisada. Por isso, cada município deve ter sua política de desenvolvimento própria, dependendo das características da sua área, dos produtos que possam criar vantagens comparativas ou mesmo vantagens competitivas, bem como manter uma constância no crescimento a longo prazo.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BRASIL. MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). **Comex Stat**: portal de consulta e extração de informações sobre o comércio exterior do Brasil. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 17 maio 2020.

BRASIL. MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). **Comex Vis**: projeto de representação gráfica e interativa de dados do comércio exterior brasileiro. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis>>. Acesso em: 24 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**: volume 3: regiões de referência. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/21.10.09-Min_do_Planejamento-Volume3.pdf>. Acesso em: 29/01/2020.

BRASIL. MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). **Estatísticas do trabalho**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/aceso-online-as-bases-de-dados>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Contas Anuais**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Eleições**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BRITO, E. P. **O papel de Palmas – TO na rede de integração regional**. 2009. 260f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados. Mato Grosso do Sul, 2009.

CAVALCANTE, F. R. C. **Análise da desigualdade regional do Estado de Rondônia à luz da teoria institucionalista de Douglas North**. 2011. 464 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

CHAIB, D. C.; LIMA, D. J. P. Instabilidade econômica em Keynes: elementos para a análise dos efeitos da crise de 2008 sobre a economia brasileira. **Economia e Desenvolvimento**, v. 31, p. 1-11, 2019.

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: Editora CRV, 2017.

DEL BIANCO, T. S.; LIMA, J. F.; MOREJON, C. F. M. O indicador de desenvolvimento regional sustentável na Região Sul do Brasil. **Redes**, v. 21, n. 2, p. 8-28, 2016.

EBERHARDT, P. H. C.; LIMA, J. F. Evolução e estágio do desenvolvimento regional: o caso das regiões do Paraná. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 2, n. 1, p. 189-203, 2012.

FAPESPA. **Estatísticas Municipais**. 2016. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/produto>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

FAPESPA. **Produto Interno Bruto Municipal 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/contasregionais/129?&mes=&ano=2010>>. Acesso em: 16 maio 2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

FERRERA DE LIMA, J. et al. Mensurar as desigualdades regionais no Brasil: proposta metodológica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL; 5. 2011. Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.unisc.br/site/sidr/2011/textos/183.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3, p. 149-167, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

IPEADATA. **Base de Dados**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 05 dez. 2019.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos avançados**, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

LOPES, A. S. **Desenvolvimento regional: problemática, teoria, modelos**. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005.

MELO, A. C. C.; CARDOSO, A. C. D. O papel da grande mineração e sua interação com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazônia. **Nova Economia**, v. 26, n. Esp, 2016.

OLIVEIRA, N. M.; PIFFER, M. Conjuntura do desenvolvimento regional dos municípios do estado do Tocantins. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 3, p. 32-61, 2016.

OLIVEIRA, N. M.; PIFFER, M.; STRASSBURG, U. O Indicador de desenvolvimento regional no território do Tocantins. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 20, n. 1, p. 3-20, 2019.

OLIVEIRA, T. J. A. **As transformações da base econômica nos municípios do Centro Norte BR (2000-2015)**. 2017. 219 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, 2017.

RODRIGUES, K. F.; LIMA, J. F. Índice de desenvolvimento regional sustentável: uma análise das mesorregiões do Estado do Paraná no período de 2002 a 2008. **Revista Geografar**, v. 8, n. 1, p. 175-202, 2013.

RODRIGUES, R. A.; TRINDADE, D. C.; BITENCOURT, M. S. Trabalhadores na produção da essência de pau-roda na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 2, p. 173-191, 2016.

ROSTOW, W. W. **Teoria do desenvolvimento econômico**. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SANTOS, R. A. O. **História econômica da Amazônia: (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. Disponível em: <<https://achistorico.blogspot.com/2016/10/historia-economica-da-amazonia-1800-1920.html>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

SANTOS, V. M. A Economia do sudeste Paraense: evidências das transformações estruturais. In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. p. 127-155.

SANTOS, V. M. **A economia do Sudeste Paraense: fronteira de expansão na periferia brasileira**. 2011. 345 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia da UNICAMP, São Paulo, 2011.

SERRANO, F. A mudança na tendência dos preços das commodities nos anos 2000: aspectos estruturais. **OIKOS** (Rio de Janeiro), v. 12, n. 2, p. 168-198, 2013.

SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Marabá e Los Angeles**. Goiânia: Editora Cultura Acadêmica, 2016.

THERY, H. Novas Fronteiras na Amazônia. In: CRUZANDO FRONTERAS EN AMÉRICA LATINA. TERCER CONGRESO DE LATINOAMERICANISTAS. 2002. Amsterdam. **Anais...** Amsterdam, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/614011/Novas_fronteras_na_Amaz%C3%B4nia. Acesso em: 26 jan. 2020.